

CBIC Hoje

CBIC
Informativo Diário da
Indústria da Construção

ACESSE O SITE CBIC MAIS

Convênio
CBIC
Núcleo de Seguros

O Seguro de Vida Oficial da
Indústria da Construção

PASI

MP estabelece novas regras para saneamento básico no País: novo marco legal simplificará o fechamento de contratos para Estados e municípios



Foto: Cesar Itiberê/PR

Medida Provisória que atualiza o marco legal do saneamento básico no País foi assinada na última sexta-feira (06/07) pelo presidente da República, Michel Temer. Publicada hoje, no Diário Oficial da União (DOU), a MP 844/2018 facilitará aos Estados e municípios fechar

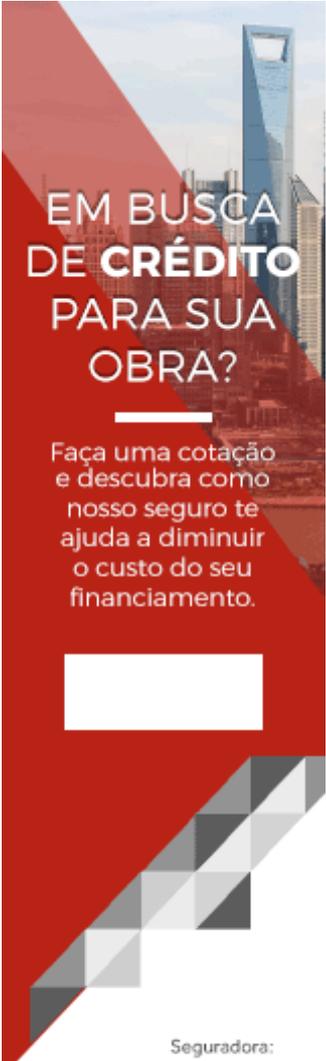
contratos para a expansão das redes de água tratada e esgoto. “O texto traz importantes avanços, inclusive a autorização para que a Agência Nacional de Águas (ANA) passe a regular o setor de saneamento em estados e municípios que receberem recursos federais, sem ferir a titularidade municipal desses serviços”, comenta o presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Carlos Eduardo Lima Jorge.

Atualmente, os serviços de saneamento são prestados pelos estados ou municípios, e compreendem o abastecimento de água, tratamento de esgoto, destinação das águas das chuvas nas cidades e lixo urbano. Segundo o presidente Michel Temer, ao atualizar o marco legal do setor de saneamento, o governo federal não está invadindo a competência de estados e municípios nessa área, mas atuando em parceria com esses entes federados para enfrentar o problema.

O objetivo é dar maior celeridade às obras de saneamento no País e atrair investimentos para o setor. O novo marco modernizará a gestão dos recursos e ampliará o atendimento à população, além de permitir avanços na qualidade dos serviços por meio de parcerias público-privadas

“A MP dará segurança jurídica aos contratos das companhias estaduais de saneamento e condições para que os municípios possam gerar competitividade e atrair investimentos”, avalia o ministro das Cidades, Alexandre Baldy. Segundo ele, atualmente mais de 90% dos investimentos de saneamento básico no Brasil são realizados por companhias estatais e a ideia é promover a competição entre entes públicos e privados. “Essa política pública que estamos adotando é passível de colocar um novo desafio de que consigamos atrair investimentos, atrair interessados que, com segurança jurídica, possam realizar essa profunda transformação no saneamento básico brasileiro”, disse.

Para Lima Jorge, questionamentos como o do artigo que obriga os municípios a promoverem licitação pública, aberta ao setor privado, na renovação dos seus contratos de concessão – hoje feita diretamente (sem licitação) com as estatais de Saneamento – podem ser oportunamente discutidos e aperfeiçoados, se for o caso, durante tramitação da MP no Congresso.



**EM BUSCA
DE CRÉDITO
PARA SUA
OBRA?**

Faça uma cotação
e descubra como
nosso seguro te
ajuda a diminuir
o custo do seu
financiamento.

Seguradora:

GEO
CONSTRUTORA SEGUROS

essor
SEGUROS

Clique aqui para acessar a íntegra da MP 844/2018.

(Com informações do Jornal O Dia e do Planalto)



Planalto anuncia Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello como ministro do Trabalho



Foto: Reprodução/Escritório Sergio

O advogado Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello será empossado amanhã (10/07), às 15h, em Brasília, como novo ministro do Trabalho. O anúncio foi feito nesta segunda-feira (09/07) pela Presidência da República. Desembargador aposentado e ex-vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região (TRT-3), Vieira de Mello chefiará o Ministério do Trabalho no lugar de Eliseu Padilha, que assumiu o comando da pasta de maneira interina na última quinta-feira (5).

Na semana passada, o então ministro, Helton Yomura, pediu demissão após ter sido alvo da Operação Registro Espúrio. Deflagrada pela Polícia Federal, a operação apura irregularidades na concessão de registros sindicais pelo Ministério do Trabalho.

(Com informações do G1)



Setor se preocupa com as constantes altas no preço do asfalto



Em matéria publicada ontem (8), na coluna Mercado Aberto da *Folha de S. Paulo*, o presidente da CBIC, José Carlos Martins, reafirma sua preocupação com as constantes altas no preço do asfalto. “Não há uma regra única, varia de lugar para lugar”, afirma José Carlos Martins, da CBIC. “O setor se preocupa com a possível judicialização dessa solução no futuro por não ser uniforme”, diz Martins.

A Petrobras, responsável pelo fornecimento, passou a reajustar os valores mensalmente em maio, de acordo com sua nova política de preços para o petróleo. Os contratos das prestadoras de serviço com o poder público, porém, só podem ser alterados anualmente. De outubro para cá tivemos uma elevação de 52%. Segundo apuração da coluna, construtoras têm negociado alternativas diretamente com administrações municipais e estaduais para contornar as altas no preço do asfalto. Algumas prefeituras fornecem o material para as construtoras ou pagam o que é apresentado em notas fiscais. Sabem que, se nada for feito, as obras param.

A lei de licitações abre possibilidade para que os contratos sejam rediscutidos no caso de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis.

(Com informações da Folha de S. Paulo)



COP/CBIC discutirá coleta de preços de materiais betuminosos e geração dos índices de reajustamento no próximo dia 19 de julho, no Dnit



A Comissão de Infraestrutura (COP) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) se reunirá no próximo dia 19 de julho para discutir a coleta de preços de materiais betuminosos e a geração dos Índices de Reajustamento. O encontro será na sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em Brasília, das 14h às 16h30.

A reunião será realizada em conjunto com o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) e a Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor) e, devido à relevância do tema, contará com a participação de representantes da Agência Nacional de Petróleo (ANP), da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Asfaltos (Abeda).

De acordo com o presidente da COP/CBIC e da Associação para o Progresso de Empresas de Obras de Infraestrutura Social e Logística (Apeop), Carlos Eduardo Lima Jorge, o preço de alguns insumos subiu mais de 10% no segundo trimestre, na comparação com o mesmo período de 2017. O motivo principal é o tabelamento do frete após a paralisação dos caminhoneiros, conforme divulgada na coluna Mercado Aberto, da *Folha de S. Paulo*, na última sexta-feira (06/07).

A coluna revela que o aumento do custo de materiais de construção tem feito empresas pedirem revisão de contratos com o setor público e poderá levar a disputas na Justiça. “A preocupação das empresas existe porque nas obras públicas só é possível fazer reajustes uma vez por ano. Como não se pode repassar os aumentos, o equilíbrio dos contratos fica prejudicado”, diz Lima Jorge. **Clique aqui** para acessar íntegra do texto.

(Com informações da Coluna Mercado Aberto, da Folha de S.Paulo)



Radar Trabalhista CPRT/CBIC: eSocial entra em vigor para as empresas privadas do país em 16 de julho



A edição 49/2018 do *Radar Trabalhista CPRT/CBIC* – com matérias publicadas de 02 a 07 de julho – destaca que a partir do próximo dia 16 de julho, todas as empresas privadas do País, incluindo micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais (MEIs) que possuam empregados, deverão utilizar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Esse grupo representa 4 milhões de empregadores e cerca de 30 milhões de trabalhadores. Nessa fase inicial, que se estenderá até 31 de agosto, os empregadores deverão enviar apenas informações referentes à empresa, ou seja, cadastros dos empregadores e tabelas.

A obrigatoriedade da utilização do eSocial para empresas (primeira etapa de implantação) começou em 8 de janeiro, para as empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões. A ferramenta, no entanto, está sendo implantada aos poucos. Quando todas as etapas estiverem concluídas, os empregadores passarão a comunicar ao governo, de forma unificada, todas as informações relativas aos empregados.

O eSocial Empresas é um novo registro, elaborado pelo Governo Federal, para facilitar a administração de informações relativas ao mundo do trabalho. Por meio desse sistema, as empresas terão de enviar periodicamente, em meio digital, informações relativas aos trabalhadores para a plataforma do eSocial. Todos esses dados já são registrados, atualmente, em algum meio, como papel e outras plataformas *online*. Porém, com a entrada em operação do novo sistema, o caminho será único, exclusivamente por meio do eSocial.

O Radar Trabalhista CPRT/CBIC completo encontra-se disponível **neste link**. As edições anteriores do boletim podem ser acessadas pelo site da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC, **clikando aqui**.



AGENDA



12 de julho

Reunião de Acompanhamento do PMCMV (Reunião dos Bancos)

Horário: 10h30 às 17h

Local: Sede da CBIC - auditório do 4º andar – Brasília-DF



YouTube



Email



Website



Twitter



Facebook



Flickr



SoundCloud

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR TODAS AS EDIÇÕES DO CBIC HOJE



CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção | SBN - Quadra 01 - Bloco I - Edifício Armando
Monteiro Neto - 4º Andar - CEP 70.040-913 - Brasília/DF | Tel.:(61) 3327-1013
[unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)
Inscreeva-se aqui para receber nossos informativos